

COMISSÃO DE SAÚDE**REQUERIMENTO Nº , DE 2024**

(Do Sr. JORGE SOLLA)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre a evolução dos fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no Art. 117, VIII e Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de audiência pública para debater sobre a evolução dos fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis.

Para tanto proponho sejam convidadas/os:

- Ethel Leonor Noia Maciel, Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde;

- Maria del Carmen Molina, Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis do Ministério da Saúde;

- Déborah Carvalho Malta, pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);

- Maurício Barreto, pesquisador do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a Saúde (CIDACS / Fiocruz Bahia) e



- CONASS – representante.

JUSTIFICAÇÃO

Durante o 17º Congresso Mundial de Saúde Pública, realizado em Roma, de 2 a 6 de maio de 2023, foi apresentada uma pesquisa sobre determinantes sociais das iniquidades em saúde, feita por pesquisadores do Brasil, Equador e Reino Unido.

O estudo *“Monitoramento e projeções das metas de fatores de risco e proteção para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis nas capitais brasileiras”* apresentado pela Drª Débora Malta, da UFMG e pelo Dr. Maurício Barreto do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a Saúde (CIDACS) da Bahia, mostrou que os fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis aumentaram no Brasil a partir de 2015.

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são a principal causa de morte no mundo (71%), além de causar incapacidade, perda da qualidade de vida, redução da produtividade e impactar financeiramente as famílias e a sociedade.

O aumento das DCNT está relacionado com o crescimento dos fatores de risco como tabagismo, consumo de álcool, obesidade, sedentarismo e alimentação inadequada ou insuficiente. Mas, não se deve esquecer a importância dos determinantes sociais, sobretudo o baixo nível socioeconômico, como causador da morbidade e mortalidade prematura (menores de 70 anos) e os efeitos de crises econômicas e políticas de austeridade que atingem as políticas sociais, acarretando em desassistência, desemprego, pobreza e adoecimento.

Além da gestão desastrosa durante a pandemia, o genocídio da população indígena, especialmente Yanomami, o aumento da violência, o crescimento da mortalidade infantil e materna e a volta da fome evidenciaram a



dimensão da tragédia que se abateu sobre a população brasileira no período de 2019 a 2022.

Tive a honra de participar do mencionado Congresso Internacional de Saúde Pública e, na ocasião, propus que a Comissão de Saúde realizasse audiência pública que, por falta de agenda não aconteceu.

Para que possamos debater tema que continua atual e conhecermos os dados da pesquisa mencionada, peço o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, em 27 de março de 2024.


JORGE Solla
Deputado Federal (PT-BA)

